

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano II - Nº 230 - Brasília, quarta-feira, 22 de maio de 1996

Senado aprova urgência e vota amanhã Projeto Sivam

Oposição tenta barrar o requerimento, sob alegação de que o TCU pode dar parecer a qualquer momento, mas acaba sendo vencida pelo governo

O esforço do presidente da Venezuela, Rafael Caldera, em favor da integração regional foi reconhecido ontem em sessão solene do Congresso, da qual participou o vice-presidente do Senado, Júlio Campos. Caldera foi saudado por Roberto Requião. Página 2



Os senadores aprovaram ontem pedido de urgência para que o plenário vote amanhã as mudanças solicitadas pelo governo nas resoluções sobre o Projeto Sivam. As resoluções autorizam a União a tomar empréstimo externo de US\$ 1,4 bilhão para execução do projeto e substituem a empresa Esca pelo Ministério da Aeronáutica na gerência do Sivam.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), com apoio do PDT, PSB, PPS e alguns parlamentares do PMDB e PTB, tentou evitar o pedido de urgência para a votação do Sivam, sob o argumento de que a qualquer momento o Tribunal de Contas da União (TCU) apresentará o resultado de suas investigações sobre a escolha da Raytheon como fornecedora de equipamentos para o projeto. Segundo ele, seria de bom senso esperar mais alguns dias. Apoiaram Suplicy os senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Sebastião Rocha (PDT-AP), José Eduardo Dutra (PT-SE) e Júnia Marise (PDT-MG).

O líder do governo no Senado, Elcio Alvares (PFL-ES), defendeu a urgência, afirmando que o Sivam já foi exaustivamente debatido no Senado, inclusive por uma supercomissão de senadores, a qual não encontrou qualquer irregularidade no projeto. O pedido de urgência, no final, foi aprovado por 44 votos contra 13 e uma abstenção.

Pichar muros pode virar contravenção penal

O Senado aprovou ontem projeto substitutivo do senador Roberto Freire (PPS-PE) definindo que a pichação de muros e fachadas é contravenção penal. Com isso, uma pessoa que for apanhada pichando poderá ser punida com multa e prestação de serviços à comunidade pelo período de um a seis meses. Se essa pessoa for primária, o juiz poderá suspender a multa, mas não a prestação de serviços. O projeto ainda deve ser votado pelos deputados.

Os senadores aprovaram ainda a concessão de pensão especial a duas pessoas, dependentes de demitidos do serviço público durante o governo Fernando Collor de Melo. Eles

integravam uma comitiva da Coordenação Nacional dos Demitidos das Estatais e Serviços Públicos e morreram em acidente de automóvel quando se dirigiam a Brasília. As pensões especiais, de R\$ 161,00, beneficiam a viúva Rosália Maria de Almeida Conceição e a menor Mariana Olímpio Granja.

Outro projeto que recebeu voto favorável reajusta a pensão da viúva do ex-servidor federal Vital da Conceição, Rosália Maria da Conceição, que vinha recebendo um salário mínimo por mês. Ela reivindicou que a pensão fosse corrigida de acordo com os índices de aumento dos salários dos servidores federais e o benefício subirá para R\$ 805,81.

Dois artigos do Código Penal (213 e 214) foram revogados pelos senadores, porque previam, para os crimes de estupro e atentado violento ao pudor, penas menores do que as estabelecidas na recente lei que trata de crimes hediondos e no Estatuto da Criança e do Adolescente. O Senado aprovou ainda projeto que muda o nome da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio para Escola Agrotécnica de Santa Rosa do Sul, em Santa Catarina. Ela se localiza numa área que foi desmembrada de Sombrio e transformada no município de Santa Rosa do Sul. Recebeu também votação favorável projeto que cria um conselho de administração do STM, destinado a decidir sobre matéria administrativa de interesse da Justiça Militar.

Pena para infrator será a prestação de serviços à comunidade

Congresso homenageia presidente da Venezuela

Esforço de Rafael Caldera em favor da integração com o Brasil é reconhecido pelos parlamentares que discursaram na sessão solene

A sessão solene do Congresso Nacional em homenagem ao presidente da Venezuela, realizada ontem, foi marcada com pronunciamentos de elogio ao esforço desenvolvido por Rafael Caldera em favor da integração regional. Em nome do Senado, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) destacou a personalidade política de Caldera e sua decisão de não mais "dar as costas aos vizinhos latino-americanos, intensificando um processo de integração que tem no Mercosul um grande exemplo".

Recebido pelo presidente da Câmara dos Deputados, Luís Eduardo Magalhães, e pelo segundo vice-presidente do Senado, senador Júlio Campos (PFL-MT), o presidente venezuelano se disse "emocionado" ao final da sessão solene, que foi presidida pelo deputado Ronaldo Perin, primeiro vice-presidente do Congresso Nacional, em razão de viagem do presidente José Sarney.

Os três oradores da sessão - deputados Franco Montoro e Átila Lins, juntamente com o senador Roberto Requião - saudaram a opção feita pelos venezuelanos no sentido de bus-



Requião saúda o presidente Rafael Caldera

carem uma crescente integração econômica, política e social com seus vizinhos amazônicos.

GLOBALIZAÇÃO

O senador paranaense reportou-se ao Mercosul - "quarto maior bloco econômico do mundo" - como um exemplo dos novos caminhos apontados pela globalização mundial para a promoção do desenvolvimento

econômico, da justiça social e da consolidação da democracia.

Em função dos grandes recursos minerais da Venezuela e sua posição geográfica estratégica, bem como do perfil político e social de sua população, a visita de Rafael Caldera ao Brasil foi considerada "decisiva" por Requião para levar avante a "firme opção" pela integração regional.

Jucá destaca importância dos acordos

O Brasil e a Venezuela garantirão conjuntamente a produção energética para a região Norte do país e o Sul venezuelano, nas regiões fronteiriças entre os dois países. Isto é o que estabelece um dos acordos firmados pelos presidentes do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, e da Venezuela, Rafael Caldera, informou ontem, em plenário, o senador Romero Jucá (PFL-RR).



Romero Jucá

A decisão consta da "Ata do Planalto", que inclui 39 acordos versando sobre medidas de integração entre os dois países, afirmou.

Outros itens importantes destacados por Jucá foram o da formação de uma área de livre comércio e o da cooperação comercial entre a Petróbrás e a empresa petrolífera da Venezuela (PDVSA).

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30m - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se a PLS nº 313/95, que regulamenta o uso da língua vernácula para denominações de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, e dos seus produtos e dos respectivos manuais.

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se a PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do art. 199 da Constituição Federal, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; PEC nº 41/95, que revoga o dispositivo que limita as taxas de juros reais em 12% ao ano; e PLS nº 190/95 (terminativo), que define o crime de tortura. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

11h - Comissão Especial do Habitat 2

Pauta: Apresentação, pela secretária de Política Urbana do Ministério do Planejamento, Maria Emilia Rocha Melo, do documento do governo brasileiro que será levado para a conferência. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

14h30 - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.422/96, que dispõe sobre a responsabilidade solidária dos controladores de instituições financeiras.

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

17h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.429/96, que dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares.

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

Suassuna condena métodos de ação dos sem-terra

Senador defende a aceleração da reforma agrária no país, mas considera que invasões a propriedades praticadas pelo MST quebram o estado de direito e atentam contra a democracia



Ademir Andrade

Ademir: é grave a situação no Baixo Amazonas

A população do Baixo Amazonas está passando por "sofrimento generalizado" em decorrência da escassez de energia elétrica, disse ontem o senador Ademir Andrade (PSB-PA), acrescentando que o problema se agrava com as enchentes do rio Amazonas, as maiores dos últimos 30 anos. O senador disse já ter solicitado providências às autoridades do Pará, pois é grande o número de desabrigados que continua sem apoio sequer da Defesa Civil.

Ademir Andrade informou que se reuniu no final de semana com as lideranças comunitárias e de diversos segmentos dos municípios de Alenquer, Óbidos, Terra Santa e Oriximiná, e constatou que a situação é de "extrema revolta e indignação e, nas próximas horas, todos os prefeitos da região deverão decretar estado de calamidade". O senador manifestou-se solidário com a população do Baixo Amazonas, e criticou a "falta de sensibilidade" do governador Almir Gabriel.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou ontem que está preocupado com "a quebra do estado de direito no país", a partir das invasões que vêm sendo praticadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Essas invasões quebram o estado de direito e atentam contra a democracia, assegurou o senador, que pediu ao governo que acelere a reforma agrária.

Suassuna considera que a causa dos trabalhadores sem-terra é justa, mas, a seu ver, a maneira por eles utilizada para atingirem seu objetivo não é correta. Segundo o senador, "alguns dos

que estão promovendo a quebra do estado de direito são recebidos pelas autoridades como heróis, o que também o deixa preocupado.

Para o senador, "o governo deve fazer o que o país precisa e não o que poucos querem". Ao pedir a aceleração do processo de reforma agrária, Suassuna disse que "não fica feliz ao ver um governo acuado por coação e emoção".

O senador denunciou que outra estrutura de poder está sendo montada no país pelos invasores de terras. Segundo ele, alguns trabalhadores foram treinados na Nicarágua para pro-

mover essas invasões. Ele disse ter ouvido a informação de alguns generais durante depoimento na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

- Entristece-me ver a reforma agrária não ser concluída, e o povo continuar sem terra; atemoriza-me ver uma estrutura de poder sendo criada, quebrando o estado de direito; apavora-me ver o governo como refém e os governadores acuados - afirmou Ney Suassuna. Em apêndice, ele foi apoiado pelos senadores Romero Jucá (PFL-RR), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Gilvam Borges (PMDB-AP).

Totó sugere medidas para apressar reforma agrária

A criação de um Código de Processo Aplicado ao Estatuto da Terra e a implantação dos Juizados Especiais, que substituíram os Juizados de Pequenas Causas, foram defendidas pelo senador Totó Cavalcante (PPB-TO) como meio de se acelerar a reforma agrária no país. De acordo com o senador, esses instrumentos facilitariam as interpretações das leis e eliminariam contrové-



Totó Cavalcante

sias sobre os critérios a serem utilizados para uma correta ocupação e utilização do solo.

Totó Cavalcante advertiu para a necessidade de se buscar rapidamente a solução para o problema dos trabalhadores sem terra que, a seu ver, se constituem num novo tipo de retirantes, integrado por "levas de agricultores expulsos do campo", ao qual se juntam os sem-emprego, "cidadãos ex-

pulsos das áreas urbanas pela fome". Segundo o senador, a perda da esperança pode levá-los à revolta e a reunirem-se em bandos perigosos, tal como aconteceu logo após a promulgação da Lei Aurea, quando os recém-libertos, "esfomeados, maltrapilhos e desempregados, palmilhavam os caminhos, semeando medo e desordem".

- São trabalhadores, pais de família, brasileiros que exigem apenas uma oportunidade para demonstrar que podem ser úteis à sociedade e ao país - afirmou Totó Cavalcante.

Dutra comunica invasão da sede de petroleiros

O líder do PT, senador José Eduardo Dutra (SE), leu ontem em plenário ofício que recebeu da Federação Única dos Petroleiros (FUP), no qual a entidade comunica invasão da sede de sua representação em Brasília. Conforme o documento, "durante o último fim de semana, a sede da FUP em Brasília foi arrombada, num atentado evi-

dentemente político".

O expediente diz ainda que "todos os arquivos e documentos foram revistados, tendo sido roubados ofícios internacionais, cópias de documentos jurídicos relativos aos julgamentos e recursos no TST e documentos referentes ao registro da FUP no Ministério do Trabalho. Houve roubo de um computador, que



José Eduardo Dutra

continha todos os arquivos da federação, e foram levados ainda disquetes, relatórios, uma impressora e um aparelho de fax".

Valadares explica queda de FHC em pesquisas

Senador cita oito razões que levaram o presidente Fernando Henrique Cardoso a ter menor aceitação popular; entre as quais o veto do governo à instalação da CPI dos Bancos

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou ontem que o governo, diante dos resultados das pesquisas de opinião pública divulgados no último fim de semana, "precisa entender que as ações de Fernando Henrique Cardoso é que levaram a essa situação".

Para o senador, há oito razões a explicar o "desempenho sofrível" do governo. O assassinato dos sem-terra em Eldorado dos Carajás teria revelado que a reforma agrária é um programa de campanha não cumprido, disse. O mesmo significado teria sido dado pela população às mortes ocorridas em Caruaru, em consequência de precário



Antonio Carlos Valadares
atendimento público de saúde.

Valadares destacou também o pequeno aumento do salário mínimo e a decisão de não dar nenhum reajuste ao funcionalismo público como outros fatores de descrédito. Afinal, frisou ele, entre janeiro de 1995 e maio de 1996, a inflação acumulada chegou a 25%.

O fato de o governo não ter admitido as investigações do

Senado sobre o sistema financeiro, "impedindo o funcionamento" da CPI dos Bancos, foi outro elemento que acabou prejudicando a imagem do governo junto à população, acentuou o senador. As revelações de tráfico de influência em torno da aprovação do Projeto Sivam, assim como o recrudescimento do "é dando que se recebe" para garantir a votação das reformas constitucionais teriam também, na sua opinião, desacreditado o governo. Finalmente, frisou, o aumento do desemprego, que, apenas em São Paulo, já atinge 15% da população economicamente ativa.

Em aparte, o senador Roberto Requião (PMDB-PR)

afirmou que as pesquisas são fotografias de momento, mas que a série de pesquisas realizadas mostram uma curva decedente do prestígio do governo. O senador Geraldo Melo (PSDB-RN), por sua vez, ponderou que ele e Valadares, como ex-governadores de estado, tiveram altos e baixos de popularidade registrados em pesquisas. Isso não impediu que fossem eleitos como senadores mais votados no Rio Grande do Norte e em Sergipe, respectivamente. Para Geraldo Melo, a manifestação popular nas pesquisas é mais "fruto do que sobra da leitura dos jornais do que de fatos efetivamente ocorridos".

Amin destaca eleição de Sirotsky para a Fiej



Esperidião

A eleição do jornalista gaúcho Jaime Sirotsky para a presidência da Federação Internacional de Editores de Jornais (Fiej) foi considerada pelo senador Esperidião Amin (PPB-SC) como "fato da mais alta relevância, porque, pela primeira vez, um brasileiro assumirá o comando da mais importante entidade associativa de jornais do mundo".

- Além de empresário bem sucedido, Sirotsky sempre participou de entidades associativas. Sua indicação para a Fiej coroa suas atividades em prol da liberdade de imprensa, dos meios de comunicação e da livre iniciativa - disse Amin, convicto de que Sirotsky poderá "afinar" o diálogo entre os jornais dos países desenvolvidos e os das nações em desenvolvimento.

Bernardo Cabral aponta o papel estratégico da telecomunicação

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) afirmou que considera os serviços de telecomunicações estratégicos e por isso acha difícil que ele seja colocado em mãos de estrangeiros. Cabral é o relator da Comissão Especial do Senado destinada a elaborar projetos de leis reguladores das emendas constitucionais da Ordem Econômica, que ouviu ontem as exposições do presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Telecomunicações (Fenattel), Almir Munhoz, e do diretor da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações (Fittel), Brígido Roland Ramos.

SABOTAGEM

Almir Munhoz denunciou a ação de grandes capitais brasileiros e internacionais visando, segundo ele, a sabotar a qualidade dos serviços prestados pela Telebrás

e suas concessionárias. O objetivo da "estratégia", afirmou, é a desmoralização dessas estatais e, em seguida, sua privatização. A terceirização dos serviços, a falta de investimentos no setor - há 10 anos o governo não coloca recursos na Telebrás, conforme o depoente - são algumas das formas de sabotagem, disse ele.

APELO

Já Brígido Ramos afirmou que o substitutivo da Câmara para regulamentação da matéria é lesivo aos interesses nacionais, e por isso ele fez um apelo aos senadores no sentido de que modifiquem a proposição.

Para o senador Romeu Tuma (PSL-SP), um dos aspectos relevantes da regulamentação é a criação do órgão regulador. Trata-se, segundo Brígido Ramos, de um dos pontos mais importantes da reforma das telecomunicações.

Senado abre exposição a servidores

O Senado inaugura hoje, às 11h30, a mostra "Conheça sua Casa", destinada a ampliar o conhecimento dos servidores sobre o conjunto de serviços e produtos elaborados pelos diversos setores da instituição. A exposição será no espaço conhecido como *Vitrines dos Estados*, situado no corredor que liga o Edifício Principal ao Anexo I, e deverá permanecer aberta até o dia 3 de junho.

O objetivo é consolidar o entrosamento entre as secretarias e os servidores da instituição, e cada órgão setorial ficará responsável pela montagem de cada uma das 24 vitrines.



José Agripino



Francelino Pereira



Gerson Camata



Jefferson Peres

Prazo e condições de venda da Vale preocupam senadores

O presidente da Comissão de Infra-Estrutura, José Agripino, defendeu substitutivo a projeto de José Eduardo Dutra prevendo onde serão alocados recursos obtidos com a privatização

O processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), segundo o presidente do BNDES, estará concluído no primeiro trimestre do ano que vem. Luiz Carlos Mendonça de Barros deu ontem essa informação à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em resposta ao senador Francelino Pereira (PFL-MG), que qualificou a privatização da CVRD de "uma iniciativa assustadora para todo o Brasil, e, principalmente, para Minas". Francelino sustentou que o assunto requer uma reflexão demorada.

Já em resposta a uma observação do senador José Eduardo Dutra, o presidente do BNDES anunciou a possibilidade de, "no limite", o governo vender a Vale "só com o que está sendo explorado".

O presidente da comissão, senador José Agripino (PFL-RN), defendeu a oportunidade de um substitutivo ao projeto de lei do senador José Eduardo Dutra (SE), líder do PT, estabelecendo onde deverão ser aplicados os recursos obtidos com a privatização da empresa.

Já o senador Gerson Camata (PMDB-ES) considerou essencial a informação sobre o que a sociedade irá ganhar com a privatização da Vale. Camata acha que

o governo deve vender outras empresas e deixar para depois a Vale, "a jóia das estatais".

Dutra disse que a tendência do governo é a de se submeter às chantagens do mercado e acabar abandonando condições hoje anunciadas, como a *golden share*. Ele qualificou de mau negócio vender a CVRD agora e defendeu seu projeto, afirmando que deve haver a possibilidade de o Congresso vetar a privatização da Vale, caso não sejam incluídas no processo as condicionantes desejadas. Mendonça de Barros disse que o governo não se ren-

de a chantagens e garantiu que o Executivo quer que o Senado discuta exaustivamente o assunto.

O líder do PT disse ainda que o governo é oscilante em suas posições - ora defendendo a privatização da Vale por questões estratégicas, ora por questões ideológicas. E estranhou que, no material apresentado agora pela empresa, tenha sido subtraída uma página que, divulgada no ano passado, apresentava as perspectivas de valorização do patrimônio da Vale - R\$ 3 bilhões nos próximos dois anos. Dutra afirmou também

que o BNDES adotou a posição de péssimo negociador, quando seu presidente declarou que o minério de ferro estava em decadência, o que reduziria o preço da CVRD.

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) disse que a venda da Vale sem a *golden share* é impensável, e quis maiores informações sobre a concessão de financiamento, pelo BNDES, a empresas recém-privatizadas. Mendonça de Barros disse que o banco não financia a totalidade dos investimentos, e que as empresas já privatizadas tinham uma necessidade brutal de investimentos, exatamente porque eles não eram feitos há muitos anos.

Dutra contestou os argumentos do governo sobre as condições de venda da estatal

BNDES expõe o modelo da privatização

O presidente do BNDES, Luiz Carlos Mendonça de Barros, anunciou ontem, durante debate na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, o modelo que o governo considera ideal para a privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD): a venda de bloco de controle seguida de oferta pública. De acordo com esse modelo, 40% das ações ordinárias pertencentes ao Tesouro Nacional - que detém 76% dessas ações - seriam vendidas para quem controlará a empresa, e o restante seria pulverizado.

Mendonça de Barros e o presidente da CVRD, Francisco Schettino, estiveram na comissão por iniciativa do seu presidente,

José Agripino, para debater projeto de José Eduardo Dutra que submete ao Congresso Nacional a decisão sobre a privatização da Vale. Entre as vantagens da forma de privatização considerada ideal, segundo o presidente do BNDES, estão a garantia de maior controle do governo sobre o processo, melhoria do preço na oferta pública e atração de novos investidores estratégicos para o Brasil. As desvantagens seriam valor menor do que aquele a ser obtido com a venda dos 76% a um só grupo controlador e menor impacto sobre o mercado de capitais.

Sobre os direitos minerários, Mendonça de Barros citou duas alternativas que considerou as

mais corretas: estabelecimento de um processo de *royalties* que a empresa privatizada teria que pagar para o governo federal em função das novas descobertas, e emissão, antes da privatização, de debêntures que garantiriam os rendimentos futuros das áreas não exploradas.

GOLDEN SHARE

Pela proposta do presidente do BNDES, o governo teria uma ação de classe especial, denominada *golden share*, que permitiria o direito de veto sobre certas decisões societárias, garantindo maior controle sobre temas estratégicos de interesse nacional: "é o direito sem ter imobilização de capital", resumiu Mendonça de Barros.

Cabral repele críticas ao Legislativo

"A democracia não respirará sem esse Poder", afirma, com apoio de senadores, ressaltando que os parlamentares têm votado as matérias enviadas pelo Executivo

Ignácio teme que reforma tributária prejudique estados

O senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) manifestou receio de que a reforma tributária, "conforme tem sido ventilado", venha a retirar dos estados a capacidade de estabelecer alíquotas mínimas e máximas para o ICMS e de formular políticas de atração de novos investimentos. Ele entende que medidas como essas atentam contra os fundamentos do princípio federativo e prejudicam estados como o Espírito

Santo, que, sentindo-se discriminados, buscam "formas de contornar as odiosas distorções que os oprimem".

Conforme o senador, o Espírito

Santo concebeu uma engenhosa legislação destinada a atrair operações de comercialização de produtos de origem estrangeira, em benefício do desenvolvimento regional. Ele disse que a criação do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap), ao lado do Funes, revolucionou o ritmo que, historicamente, assinalava os padrões de crescimento do estado.

- Dados da Fundação Getúlio Vargas demonstram que, a partir de 1970, a evolução da economia capixaba ocorreu em velocidade bem superior à média nacional, fato que testemunha a eficácia dos instrumentos institucionais postos a serviço do progresso do estado - afirmou José Ignácio, acrescentando que as lideranças do Espírito Santo não poderão aceitar "modificações legislativas que venham a afetar a integridade de um conjunto de ações, arduamente articulado, que tem concedido ao estado bases sólidas para a construção do futuro".



Emília e Suassuna, com a delegação chinesa

Senado recebe delegação de mulheres chinesas

Acompanhada pela senadora Emília Fernandes (PTB-RS), delegação da Federação de Mulheres Chinesas esteve ontem em visita ao Senado, onde foram recebidas, em nome da Mesa Diretora, pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

A delegação veio a Brasília

a convite do Clube Internacional de Brasília, Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais do DF e do Conselho dos Direitos da Mulher, para participar de seminário sobre a repercussão da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada pela ONU, em Pequim, no ano passado.



Ignácio



Cabral

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) rebateu ontem as críticas de empresários que, conforme a imprensa, teriam acusado o Legislativo de atrasar a votação das reformas constitucionais. Ele afirmou que essas acusações são injustas e fazem parte de uma campanha orquestrada para desmoralizar o Congresso.

- Os senadores têm trabalhado pelo bem da Nação, votando as propostas do governo. A democracia não respirará sem esse Poder - disse Cabral.

Em aparte, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ressaltou que o Legislativo é fundamental para a garantia das liberdades.

Ney Suassuna destacou que não interessa a alguns setores a existência de um Legislativo fiscalizador e forte.

Iris Rezende (PMDB-GO) ressaltou que o Senado vem cumprindo sem atrasos suas pautas de votação. Já Lauro Campos (PT-DF) disse que os problemas são causados pelo governo. Freitas Neto (PFL-PI) afirmou que algumas das reformas são polêmicas e sua discussão exige tempo. Romeu Tuma (PSL-SP) clogiou o discurso de Cabral.

JORNAL DO SENADO E TV

Cabral também destacou a importância do *Jornal do Senado*, "que registra tudo e mostra fielmente o que se faz nesta Casa". Ele elogiou ainda a TV Senado, afirmando que a partir do seu lançamento "ninguém pode desconhecer o empenho, a dedicação e o esforço de todos que têm a alta responsabilidade de representar" os estados e os interesses da sociedade.

Campos quer evitar fraude em rescisões sem justa causa

A multa de 40% sobre o valor do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), referente à rescisão de contrato de trabalho sem justa causa, deverá ser depositada pelo empregador na conta vinculada do trabalhador e não mais paga diretamente a ele, se aprovado pelo projeto apresentado pelo senador Júlio Campos (PFL-MT). A proposição tem o objetivo de evitar saques fraudulentos, resultantes de acordos propostos por trabalhadores interessados em movimentar sua conta no FGTS.

Júlio Campos argumenta que esses acordos se fazem a partir da simulação tanto da demissão do empregado quanto do pagamento dos custos vinculados à rescisão do contrato de trabalho: o empregador declara no recibo de rescisão de contrato o pagamento da multa, sem que de fato o faça, e o empregado pode sacar seu saldo do FGTS sem perder o emprego. "O depósito do valor correspondente à multa será um desestímulo a esse tipo de fraude", garantiu o senador.

ACM defende-se de acusações feitas por Márcio Moreira Alves

Senador nega ser sócio do ex-banqueiro Ângelo Calmon de Sá e afirma que jornalista o tem atacado sistematicamente com inverdades



Gilvam Borges

Gilvam propõe eutanásia no caso de morte cerebral

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) apresentou ontem projeto de lei que autoriza a prática da morte sem dor, conhecida como eutanásia, nos casos de morte cerebral e estado de saúde excessivamente penoso. O projeto condiciona esse procedimento a autorização prévia do paciente ou de seus familiares em ambas as situações. O senador disse que a eutanásia é um exercício do direito de a pessoa morrer, "diante das agruras insuperáveis de uma vida vegetativa, crescentemente dolorosa, sendo o sofrimento incurável".

O projeto de Gilvam Borges prevê a permissão do desligamento dos aparelhos que mantêm alguns dos sinais vitais do paciente com morte cerebral constatada por três profissionais habilitados, sendo um deles especialista em neurologia. Também é prevista a eutanásia nas circunstâncias em que a natureza, a intensidade e a precariedade do diagnóstico da doença não justificarem a continuidade da assistência médica, devendo a prática ser autorizada por cinco médicos, sendo dois deles especialistas na moléstia que acomete o paciente.

- Não nos parece que o direito à vida, simplesmente citado sem definição no artigo 5º da Constituição, implique negar ao homem o direito de morrer, quando se encontre sofrendo apenas uma vida vegetativa, desmoralizado, envelhecido pelo sofrimento, presa da dor incurável - argumentou Gilvam. Ele recebeu o apoio de Ney Suassuna (PMDB-PB).

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) informou ontem ao plenário que enviou ao jornal *O Globo* fax em que se defende de acusações do jornalista Márcio Moreira Alves, articulista daquele matutino. Afirmando que o jornalista frequentemente senta-se no plenário da Casa, beneficiando-se de regalia não exercida por qualquer outro profissional da imprensa, o senador pediu que o Regimento do Senado seja cumprido, para impedir tal procedimento.

Na presidência da sessão, o senador Levy Dias (PPB-MS) determinou que os seguranças do plenário sejam mais vigilantes sobre as pessoas que se sentam ao lado dos senadores.

DEMISSÃO

Antonio Carlos Magalhães assinalou que sistematicamente o jornalista Márcio Moreira Alves o tem "atacado com inverdades", inclusive acusando-o de ser sócio do ex-presidente do Banco Econômico, Ângelo Calmon de Sá. Conforme o senador, no fax enviado à redação de



Antonio Carlos denuncia privilégios de Márcio Moreira Alves *O Globo* refuta essa afirmação.

Antonio Carlos assegurou que "o jornalista Márcio Moreira Alves ganhava sem trabalhar do Banespa até pouco mais de ano e meio". Em sua opinião, o jornalista é parte desse rombo registrado pelo banco e, quando soube que ele integrava a folha de pagamento daquela instituição, o jornal *O Estado de S. Paulo* "o demitiu sumariamente por uma questão moral, por uma questão de higiene". Antonio Carlos Magalhães disse que "o Sr. Márcio Moreira Alves não pode sentar-se nas cadeiras do Senado e se senta diariamente, contrari-

ando o Regimento, obtendo informações privilegiadas e prejudicando jornalistas que não podem ter acesso como ele".

Márcio Moreira Alves, conforme o senador, entra no plenário portando na lapela a insígnia que usava quando era deputado federal. Assinalando que, diariamente, a presidência da Casa se diz zelosa do cumprimento do Regimento, Antonio Carlos acrescentou que esse zelo acontece "em parte", afirmando também que Alves é um jornalista "grã-fino, rico, usurpador do erário através do Banespa e que se dá o luxo de agredir pessoas desta Casa".

Rocha propõe plebiscito sobre reeleição em 98

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) comunicou ontem que apresentou proposta de emenda constitucional convocando o eleitorado a se manifestar, em plebiscito a ser realizado em 21 de abril de 1998, sobre a reeleição para presidente e a obrigatoriedade do voto.

No caso do voto obriga-

tório, o senador afirmou ser pessoalmente contra, por considerar que o voto facultativo expressa "o momento mais democrático do país". Além disso, argumentou, poucos são os países a manterem hoje a obrigatoriedade da manifestação eleitoral.

Sebastião Rocha afirmou que também é contra a reeleição presidencial, mas que,



Sebastião Rocha

como no caso anterior, o eleitor é quem deve decidir.

Mauro elogia ação da CEF pró-moradia

Senador destaca a eliminação de entraves burocráticos ao acesso à casa própria e aponta o estímulo à construção civil e geração de empregos como resultados positivos



Teotonio Vilela Filho recebe integrantes da União Nacional dos Movimentos pela Moradia Popular

Emília registra lançamento de livro de Direito

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) pediu ontem o registro, nos Anais do Senado, do lançamento do livro *Direito Eleitoral*, em solenidade na qual ela representou a Mesa da Casa e o presidente José Sarney.



Emília

Ela disse que o livro, cuja edição foi coordenada pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Carlos Mário Veloso, e pela professora Carmen Lúcia Antunes Rocha, titular de Direito Constitucional da PUC de MG, reúne textos de 25 dos maiores juristas brasileiros. Na opinião de Emília, a obra, dedicada à memória do jurista Geraldo Ataliba, é fundamental para orientar o tratamento da questão eleitoral e democrática no país.

Teotonio recebe os sem-teto e apóia evento no Congresso

O senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL), no exercício da presidência do Senado, recebeu ontem uma comissão de representantes da União Nacional dos Movimentos pela Moradia Popular, que fizeram um apelo em favor da urgente tramitação e aprovação do projeto de criação do Fundo Nacional da Moradia Popular, proposição que chegou ao Congresso em 1991, apoiada por um abaixo-assinado com 1 milhão de assinaturas.

Os representantes dos vários movimentos estaduais de sem-teto também apelaram a que o Congresso vote dispositivo limitando a 20 por cento do salário mínimo o valor máximo das prestações a pagar na aquisição de habita-

ções populares. Relataram ainda as ameaças de despejo enfrentadas por milhares de ocupantes de casas populares em muitos conjuntos habitacionais e reivindicaram melhorias no padrão das casas de 27 metros quadrados que, segundo eles, marcam a política habitacional até agora.

Teotonio Vilela Filho comprometeu-se a apoiar gestões da organização dos sem-teto visando à realização de uma audiência pública no Congresso, reunindo senadores e deputados, juntamente com representantes do governo e dos movimentos pela moradia popular, com o objetivo de debater todos os problemas apresentados no encontro de hoje.

Projeto pela casa própria tem apoio de 1 milhão

"Os programas anunciados pela Caixa Econômica Federal (CEF) para o financiamento de moradias inauguram uma política capaz de gerar empregos e de facilitar o acesso à casa própria, num país em que o número dos sem-teto é crescente e assustador". A opinião é do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), que considerou inovadores os novos programas, explicando terem sido suprimidos neles "os entraves burocráticos que antes emperravam as linhas de financiamento da CEF patrocinadas por recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)".

Para Mauro Miranda, as providências tomadas indicam que "uma visão mais realista começa a inspirar os quadros burocráticos do governo federal". Segundo afirmou, "tanto para a aquisição direta do imóvel como para a compra de material de construção, por trabalhadores com renda familiar de até 10 salários mínimos, a vinculação ao Fundo passou a ser dispensada". Essa abertura, a seu ver, favorece os trabalhadores autônomos, os funcionários públicos e, principalmente, o interior do país, "onde há milhões de brasileiros sem carteira profissional".

O senador destacou como importante a política de estímulo à construção que se inicia, capaz de gerar 22 mil novos empregos.



Mauro

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotonio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social—Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação—Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo—Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa—José do Carmo Andrade
■ Editores—Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação—Sergio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos—Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Azevedo e Lindolfo Amaral
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal